



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992
CNPJ: 66.232.521/0001-82

Lei nº 754/2020

De 25 de novembro de 2020

*“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São João do Manhuaçu
para o Exercício Financeiro de 2021”*

O Povo do Município de São João do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, **Sérgio Lúcio Camilo**, Prefeito de São João do Manhuaçu em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São João do Manhuaçu para o exercício financeiro de 2021, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e com base no disposto na Lei Municipal nº. 740 de 26 de junho de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2021, compreendendo o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município incluindo o Fundo de Previdência Municipal de São João do Manhuaçu, que compõem a Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A Receita total estimada no Orçamento Fiscal é de R\$ 57.531.829,31 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e nove reais, trinta e um centavos) conforme os quadros I e IV, anexos integrantes desta Lei, sendo especificadas por categoria e fonte.

Art. 3º - A Despesa total fixada no Orçamento Fiscal é de R\$ 57.531.829,31 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e nove reais, trinta e um centavos) conforme os quadros II, III e IV, anexos integrantes desta Lei, sendo especificadas por Funções de Governo, por Órgãos e Unidades Orçamentárias, respectivamente.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – abrir créditos suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante previsto nesta Lei;
- II – realizar operações de crédito até o limite das despesas de capital;
- III - Realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria;
- IV – utilizar reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº. 740 de 26 de junho de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2021;
- V - suplementar dotações originárias de créditos especiais até o limite global previsto no inciso I deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IUAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE EMANCIPAÇÃO 10.704 DE 27 DE ABRIL DE 1992
CNPJ: 66.232.521/0001-82

Art. 5º - Integram a presente Lei, os anexos:

- I - Quadro I - Receita orçamentária por categoria e fonte;
- II - Quadro II - Despesa orçamentária por funções de governo;
- III - Quadro III - Despesa orçamentária por órgãos e unidades orçamentárias;
- IV - Quadro IV - Resumo das receitas e despesas por órgãos.

Art. 6º - Acompanharão a presente Lei os demais anexos exigidos pela legislação vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus afeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu/MG, 25 de novembro de 2020.

